

COMISSÃO DE TRABALHO, DE ADMINISTRAÇÃO E DE SERVIÇO PÚBLICO

PROJETO DE LEI Nº 8.204, DE 2014

Dispõe sobre indenização aos ocupantes de cargo de natureza especial e secretariado parlamentar da Câmara dos Deputados e dá outras providências.

Autora: Deputada ÉRIKA KOKAY

Relator: Deputado LEONARDO MONTEIRO

I – RELATÓRIO

A proposição, de autoria da Deputada Érika Kokay, tem por objetivo conceder aos servidores ocupantes de cargos de Natureza Especial (CNE) e Secretário Parlamentar (SP) da Câmara dos Deputados uma indenização a ser paga no ato da exoneração, equivalente à toda remuneração recebida nos últimos dois anos trabalhados.

Segundo a nobre Deputada, os CNEs e SPs seriam os trabalhadores brasileiros com menor número de direitos reconhecidos e o presente projeto de lei supriria minimamente essa lacuna legislativa.

Distribuída inicialmente às Comissões de Trabalho, de Administração e Serviço Público; Finanças e Tributação e Constituição e Justiça e Cidadania, a proposição está sujeita à apreciação conclusiva e regime de tramitação ordinário.

É o relatório.

II – VOTO DO RELATOR

Conforme muito bem anotado pela ilustre autora da proposição em exame, os servidores ocupantes de cargos de Natureza Especial (CNE) e Secretário Parlamentar (SP) encontram-se em situação de absoluto desamparo: as normas aplicáveis a esses importantes trabalhadores, que desempenham atividades de grande relevância nesta Casa, preveem inúmeras obrigações, mas pouquíssimos direitos e garantias.

É meritório, portanto, o projeto de lei que, apesar de não resolver esse abandono, relativiza a insuficiência de direitos e benefícios desses servidores, mediante a concessão de indenização a ser paga no ato da exoneração, a qual lhes garantirá um modesto amparo até que eles sejam reinseridos no mercado de trabalho.

Ajustes, no entanto, são necessários a fim de aprimorar a proposição, seja para aperfeiçoar a redação do texto normativo, seja para ajustar o valor da indenização a um patamar que não sobrecarregue o cofre público. Assim, proponho que a indenização seja equivalente à maior remuneração que tenha percebido desta Casa, à similitude do aviso prévio previsto no art. 477 da Consolidação das Leis do Trabalho - CLT.

Em face da relevante pretensão perseguida pela proposição e visando a aprimorá-la, voto pela **aprovação** do Projeto de Lei nº 8.204, de 2014, na forma do **Substitutivo** anexo.

Sala da Comissão, em de de 2016.

Deputado LEONARDO MONTEIRO
Relator

COMISSÃO DE TRABALHO, DE ADMINISTRAÇÃO E DE SERVIÇO PÚBLICO

SUBSTITUTIVO AO PROJETO DE LEI Nº 8.204, DE 2014

Dispõe sobre indenização a ser paga no ato da exoneração aos servidores ocupantes dos cargos de Natureza Especial e Secretário Parlamentar da Câmara dos Deputados.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Esta Lei dispõe sobre indenização a ser paga no ato da exoneração aos servidores ocupantes dos cargos de Natureza Especial e Secretário Parlamentar da Câmara dos Deputados.

Art. 2º Aos servidores ocupantes de cargos de Natureza Especial e Secretário Parlamentar será paga, no ato da exoneração, indenização equivalente à maior remuneração mensal recebida da Câmara dos Deputados.

Parágrafo único. Não se aplica o disposto neste artigo em caso de destituição do cargo.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala da Comissão, em de de 2016.

Deputado LEONARDO MONTEIRO
Relator

2016-17547